

BREVE ESTUDO INTERDISCIPLINAR ACERCA DA EVOLUÇÃO, ONTOGENIA E COGNIÇÃO DO COMPORTAMENTO RITUAL

A BRIEF INTERDISCIPLINARY STUDY ON THE EVOLUTION, ONTOGENY AND COGNITION OF RITUAL BEHAVIOR

Thales Moreira Maia Silva¹

Lucas Soares dos Santos²

Resumo: Esse estudo argumenta que apesar da capacidade de realizar atividades rituais ser uma pré-disposição psicológica humana, tal tipo de prática é um registro comportamental culturalmente herdado por nossa espécie. A partir dessa perspectiva, buscaremos realizar uma análise das estruturas e funções psicossociais dos rituais, tratando-as como selecionadas por (e transmitidas por meio de) processos de desenvolvimento cultural. Dessa forma, nosso primeiro objetivo será descrever as funções sociais dos rituais conforme sua ação interna aos grupos humanos. Com isso, buscaremos demonstrar que o comportamento ritual auxilia na resolução de problemas adaptativos associados com a manutenção dos agrupamentos sociais. Nesse contexto, tentaremos prover um relato psicológico de como a estrutura ritual pode ter, com o tempo, auxiliado na transmissão de aspectos culturais e, em seguida, analisaremos estudos que apontam para a realização de práticas rituais como motivadas por ameaças de exclusão social e perda de status ante aos componentes de um grupo. Em conclusão, na parte final desse estudo, realizaremos uma breve análise psicossocial da ontogenia da cognição ritual.

Palavras-chave: Simbolismo e Ritual; Antropologia Social; Ciência Cognitiva da Religião; Psicologia Evolutiva; Ciência da Religião.

Abstract: This study argues that although the capacity to engage in ritual is psychologically prepared, rituals are a culturally inherited, behavioral trademark of our species. We believe that the structures and functions of rituals have been selected for and transmitted through processes of cultural evolution. Therefore, our first objective will be to describe the social functions of ritual within human groups. We propose that ritual aids in solving the adaptive problems associated with group living. With that in consideration, we will try to provide a psychological account of how the structure of ritual facilitates cultural transmission over time. Next, we will examine evidence that the threat of social exclusion and loss of status motivates engagement in ritual activity. Finally, in the concluding section, we will provide a psychological account of the ontogeny of ritual cognition

Keywords: Ritual and Symbolism; Social Anthropology; Cognitive Science of Religion; Evolutionary Psychology; Religious Studies.

¹ Bacharel em História e Especialista em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Mestrando em Ciência da Religião pela UFJF com financiamento da CAPES (2017/2019). Contato: thalesmms@gmail.com

² Mestre em Teologia pela Faculdade de Teologia da PUC-Rio. Mestrando em Ciência da Religião pela UFJF. Contato: lucas_stbrl@hotmail.com

É impossível negar que a execução de rituais é uma característica universal do comportamento humano (BOYER, LIÉNARD, 2006; WHITEHOUSE, 2000, 2004). Os registros etnográficos estão repletos de constatações a respeito dessa, aparentemente, exótica e incomum forma de comportamento (HUMPHREY, LAIDLAW, 1994; WHITEHOUSE, 1995), que comumente é representada por crenças sagradas, expressa estados interiores de percepção e emoção, simboliza ideias teológicas ou relações sociais e evoca estados psicofísicos anormais (CSORDAS, 2002; RUFFLE, SOSIS, 2003; SAX, QUACK, WEINHOLD, 2010; SHORE, 1996). De qualquer maneira, ao antropólogo contemporâneo é imprescindível carregar a noção de que, mesmo sob uma forma confusa e, aparentemente, imprevisível, os rituais exercem importantes funções sociais nas culturas humanas.

Rituais são convenções grupais socialmente estipuladas e opacas sob a perspectiva de uma causalidade física (LEGARE, SOUZA, 2012), frequentemente encaradas como o resultado de um “ato positivo de aquiescência em uma ordem socialmente estipulada”, e, dessa forma, não são o produto de inovações individuais. “A fascinação particular dos rituais repousa no fato de que neles, como em pouquíssimas outras atividades humanas, os atores, ao mesmo tempo, tanto são, como não são os autores de seus atos” (HUMPHREY, LAIDLAW, 1994, p. 5). Mesmo quando são explicados no contexto de certa crença (por exemplo, quando se participa de certa ação ritual como forma de se obter um resultado desejado), muitas vezes não há expectativa de se localizar uma conexão causal direta entre ações ritualizadas e suas decorrências (SCHOEJDT et al., 2013). Entretanto, devido ao fato dos seres humanos serem especialistas em detectar intenções, ao vermos alguém se engajando em um percurso detalhado de atos (rituais), tomamos a impressão de que as características de tal sequência de atividades (como, por exemplo, sua repetição, número de passos dados ou tempo específico tomado) possuem o potencial de produzir o efeito pretendido, mesmo se os mecanismos subjacentes, responsáveis por tal efeito, forem imperceptíveis, sobrenaturais ou, simplesmente, incognoscíveis (LEGARE, SOUZA, 2012, 2014).

Estipular uma definição dos atributos recorrentes do comportamento ritual tem se mostrado uma tarefa árdua para pesquisadores, devido à complexidade e diversidade de formas sob as quais se pode observá-lo (RAPPAPORT, 1999). Deste modo, a heterogeneidade de rituais constatados por todo o globo corroborou para que se tornasse quase impossível o estabelecimento de generalizações robustas acerca das causas e efeitos de seus componentes na cognição e no comportamento social. Ainda, a separação

histórica entre as disciplinas da Antropologia e da Psicologia também influenciou no fato da análise ritual ter se tornando um domínio exclusivo de estudos antropológicos (BRUNER, 1996). Uma vez que a temática, por toda sua história moderna, foi primariamente estudada por tal perspectiva, até recentemente, pesquisas sobre rituais, quase que exclusivamente, eram realizadas empregando apenas métodos qualitativos. Embora tal cenário tenha provido uma compreensão substancial da diversidade das formas desse tipo de comportamento, o uso de, unicamente, métodos qualitativos agiu como um limitador do estabelecimento de inferências causais acentuadas a respeito de seu impacto na cognição e nas condutas humanas (ROSSANO, 2012).

Nesse contexto, apesar da improbabilidade de obtenção de uma explicação totalizante de seu funcionamento, novas pesquisas experimentais, focadas no papel social dos rituais, têm provido inovadores insights sobre as possíveis relações dessa forma de comportamento com a ontogenia e evolução da cognição social dos grupos³. A ideia apresentada seria a de que, no decorrer da história humana, a proporção entre indivíduos que compartilham laços de parentesco e os que não os compartilham teria diminuído. Seguindo a lógica, com o aumento do número de indivíduos não relacionados por parentesco nos agrupamentos humanos, as práticas rituais teriam permitido que tais

³ O contexto da Antropologia contemporânea parece estar polarizado por duas escolas de pensamento – a Antropologia Social e a Antropologia Evolutiva – divididas por um cisma acadêmico-intelectual simples, porém historicamente arraigado, situado na questão de se as Ciências Sociais devem, ou não, serem tratadas como um campo científico *stricto sensu*, assim como se aceitam, ou recusam, a teoria evolutiva darwiniana como estrutura guia para suas abordagens acerca do comportamento humano e do desenvolvimento das sociedades. Em síntese – e sob tal óptica – antropólogos sociais descreveriam e comparariam o desenvolvimento das culturas e sociedades humanas, enquanto o papel do antropólogo evolutivo estaria na busca de sua explicação, sempre em referência à nossa evolução biológica. Entretanto, apesar dessa clara, porém superficial, divisão, muitos profissionais no amplo cenário das Ciências Sociais acreditam que um caminho comum pode ser encontrado, trabalhando na união de ambos os campos (Cf. FEARN, 2008).

Embora se situe, teórica e metodologicamente, sob uma abordagem evolutiva, além de valer-se de conceitos e perspectivas darwinianas para as condutas humanas, o presente artigo aponta para tal tendência – de que ambas as principais escolas da Antropologia contemporânea podem atuar complementarmente – advogando, em nome do progresso na pesquisa acadêmica científico-social, por uma aceitação, nos estudos antropológico-sociais, do impacto significativo e restritivo, embora não-determinante, que as diferenciações biológicas humanas possuiriam no desenvolvimento das sociedades e culturas.

No decorrer de seu amadurecimento, no Século XX, a Antropologia brasileira acabou por ser afetada por uma “cegueira mental”, desenvolvendo, de forma mais geral, uma espécie de miopia biológica, marcada pela absoluta ignorância da literatura que preza pelo exercício de sua integração (Cf. NEVES, 2008). Diante disso, acreditamos que o futuro da produção antropológica está na elaboração de uma visão muito mais aguçada do que a ingênua cisão entre essas duas áreas. Assim, da mesma forma como a Filosofia e os Estudos Culturais têm começado a se intercomunicar e contribuir, seriamente, com as descobertas das Ciências Evolutivas e da Psicologia Experimental, as Ciências Sociais, de maneira mais ampla, não podem ignorar os avanços das novas abordagens darwinianas para o estudo da mente e das condutas humanas. Enfim, e para a Antropologia da Religião, por exemplo – o amplo cenário acadêmico em que o presente artigo se encontra – não se pode restar dúvidas de que, embora não sejam sua totalidade, as características naturais de nossa cognição contribuem significativamente para o conteúdo e saliência de nossos comportamentos rituais e, eventuais, crenças sobrenaturais (HENDRY, 2008, p. 294).

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

aglomerações sociais se mantivessem coesas, ao mesmo tempo em que teriam diminuído a necessidade de proximidade e intimidade física e social de seus componentes. A partir dessa perspectiva, esse estudo argumenta que, apesar da capacidade de realizar atividades rituais ser uma pré-disposição psicológica humana, tal tipo de prática é um registro comportamental culturalmente herdado por nossa espécie. Dessa forma, buscaremos realizar uma análise das estruturas e (na medida do possível) funções psicossociais conhecidas dos rituais (sem, porém, reduzi-los às tais), tratando-as como selecionadas por (e transmitidas por meio de) processos de desenvolvimento cultural.

Assim, como forma de cumprir tal empreitada, nosso primeiro objetivo será descrever as funções sociais dos rituais conforme sua ação interna aos grupos humanos. Nossa proposta é a de que o comportamento ritual auxilia na resolução de problemas adaptativos associados com a manutenção de grupos: identificando seus membros, assegurando seu comprometimento com o todo, facilitando a cooperação com aliados e mantendo o conjunto coeso. Descobertas advindas de uma variedade de disciplinas das Ciências Sociais têm provido evidências de que rituais agem como facilitadores da execução de ações coletivas coordenadas e cooperativas (um dos maiores desafios da vida em grupo). Nesse contexto, tentaremos prover um relato psicológico de como a estrutura ritual pode ter, com o tempo, auxiliado na transmissão de aspectos culturais e, em seguida, analisaremos estudos que apontam para a realização de práticas rituais como motivadas por ameaças de exclusão social e perda de status ante aos componentes de um grupo. Em conclusão, na parte final desse estudo, realizaremos uma breve análise psicossocial da ontogenia da cognição ritual. A grande maioria dos mais relevantes estudos a respeito de processos rituais e grupais, se focam no comportamento de indivíduos adultos (SOSIS, 2000, 2003, 2005; SOSIS, ALCORTA, 2003; SOSIS, BRESSLER, 2003) e no uso de modelos matemáticos (HENRICH, 2009). Nesse ponto, nossa análise, por sua vez, irá se voltar para a revisão de estudos recentes a respeito dos mecanismos pelos quais crianças aprendem os rituais de seus grupos e os sinais os quais elas utilizam para interpretar o comportamento de seus membros (HERRMANN et al., 2013; WATSON-JONES et al., 2014). Em linhas gerais, então, esse estudo se apoia na ideia de que a combinação de teorias e resultados dessas linhas de pesquisa promete inspirar novas possibilidades para a análise dos rituais, além de trazer inovadoras perspectivas para a investigação da evolução e ontogenia da cognição social dos grupos.

1. AS FUNÇÕES DOS RITUAIS NO COMPORTAMENTO SOCIAL DOS GRUPOS

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

A vivência em grupos coesos tem, há milênios, ajudado na resolução de problemas adaptativos enfrentados pelos seres humanos (BUSS, 1990; BUSS, KENRICK, 1998). Viver em grupo diminuiu consideravelmente os riscos de predação (SHULTZ, NOE, MCGRAW, DUNBAR, 2004; SCHAIK, 1983), permitiu o cuidado coordenado das proles (HAWKES, 2014; KAPLAN, HILL, LANCASTER, HURTADO, 2001) e facilitou o processo de inovação tecnológica nas populações humanas (READER, LALAND, 2002). Nossos cérebros primatas, excepcionalmente grandes (BYRNE, WHITEN, 1988; DUNBAR, 1998), e complexidade cultural específica (BOYD, RICHERDSON, HENRICH, 2011) são adaptações às exigências da vivência em conjunto (COSMIDES, TOOBY, 1992; KURZBAN, NEUBERG, 2005). De fato, adequações individuais, beneficiadas por mecanismos psicológicos que facilitaram a resolução de problemas de forma coordenada e aumentaram a coesão social (DUNBAR, SCHULTZ, 2007) – como por exemplo, a capacidade de entendimento das intenções de terceiros, auxiliando no rastreamento de relações sociais e na formação de alianças e coalizões – são, em si, catalizadoras da cooperação entre membros de um mesmo grupo (BREWER, 2007; DUNBAR, SCHULTZ, 2010; KURZBAN, TOOBY, COSMIDES, 2001; TOMASELLO, CARPENTER, CALL, BEHNE, MOLL, 2005). Paralelamente, a evolução da cooperação humana também parece ter “comissionado” pela enganação tática interna aos intercâmbios sociais – na qual um indivíduo estrategicamente altera a percepção de outro na busca de seu próprio benefício (MCNALLY, BROWN, JACKSON, 2012; MCNALLY, JACKSON, 2013). Da mesma forma, a sociabilidade em larga escala foi facilitada pelas mesmas predisposições comportamentais que permitiram o desenvolvimento do gregarismo em pequena escala (JORDAN, et al., 2013).

A cooperação entre indivíduos aparentados, assim como entre não-aparentados, é uma característica central da vivência em grupos sociais humanos (MATHEW, BOYD, VEELLEN, 2013; REKERS, HAUN, TOMASSELO, 2011; WOBBER, HERRMANN, HARE, WRANGHAM, TOMASELLO, 2014). Entretanto, é possível conceber a colaboração entre parentes e não-parentes como operando distintamente. Indivíduos são adaptados para a cooperação com aqueles que compartilham seus genes, baseados nos princípios da aptidão inclusiva⁴ – fazendo com que, em um contexto padrão, se envolvam

⁴ Teoria da Biologia Evolutiva na qual o sucesso genético de um organismo é creditado como sendo dependente da cooperação e do comportamento altruísta. A aptidão inclusiva sugere que o altruísmo entre organismos que compartilham uma específica percentagem de seus genes permite que esses genes sejam passados para as gerações subsequentes. Desse modo, um ato altruísta que sustente a sobrevivência de um

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

em maior inter-relação colaborativa (comportamento de auxílio) de acordo com sua proximidade de relacionamento genético (HAMILTON, 1964). Por sua vez, adaptações psicológicas para o rastreamento de relações de intercâmbio – tais como o altruísmo recíproco e o mutualismo – podem explicar a evolução da colaboração entre os membros não-aparentados de um grupo (AXELROD, HAMILTON, 1981; TRIVERS, 1971). É sabido que indivíduos humanos monitoram suas relações de intercâmbio por extensos períodos de tempo, possibilitando, assim, a cooperação seletiva entre membros de um mesmo grupo.

A vivência em grandes comunidades introduziu, porém, problemas adaptativos adicionais, diferentes daqueles envolvidos em intercâmbios entre poucos indivíduos – tais como a coordenação dos membros de um determinado grupo na realização de ações coletivas, a minimização do parasitismo⁵, o aumento do comprometimento grupal ante a metas conjuntas e a prevenção da deserção de membros de um agrupamento para grupos rivais. Dessa forma, a habilidade de se envolver em colaboração é um pré-requisito necessário, mas não suficiente, para a participação em alianças e coalizões fixadas por metas específicas (TOOBY, COSMIDES, PRICE, 2006). Os problemas adaptativos presentes na vivência em grupos não-aparentados de grande escala, por sua vez, fizeram com que fosse imprescindível o desenvolvimento de mecanismos psicológicos voltados para a sua resolução (CHUDEK, HENRICH, 2010; CHUDEK, ZHAO, HENRICH, 2013). Esse artigo compartilha a ideia de que a prática ritual age na solução de adversidades adaptativas associadas com a vida coletiva ao promover, nos agrupamentos humanos, a (1) identificação de afiliações, (2) a demonstração de comprometimento individual com o grupo, (3) a facilitação da cooperação com coalescências sociais e (4) a intensificação da coesão social grupal.

1.1 Identificação de Afiliação

Ao promover marcadores de filiação grupal práticos e psicologicamente poderosos, o comportamento ritual age como permissor da identificação de membros internos aos agrupamentos humanos. Por essa via, providencia-se um conjunto essencial de informações a respeito de quais indivíduos são mais prováveis de participar em

parente ou outro indivíduo, teoricamente, aumenta a adequação genética de ambos: o recipiente do ato e o organismo altruísta. (ROGERS, 2016).

⁵ Em economia, um indivíduo parasita é aquele que se beneficia de recursos, bens ou serviços sem retribuir ou auxiliar em sua obtenção, o que resulta no desequilíbrio do fornecimento desses bens e serviços (BAUMOL, 1952).

cooperação e menos plausíveis de parasitar o grupo (COSMIDES, TOOBY, 2013; MCELREATH, BOYD, RICHARDSON, 2003). Estipula-se que um único humano pode monitorar, de forma eficaz, aproximadamente 150 dos componentes de sua comunidade (DUNBAR, 1992) – apesar dessa estimativa variar de acordo com a pesquisa referenciada (MCCARTY, et al., 2000) – e que a preferência pela interação com indivíduos de um mesmo agrupamento seja evolutivamente estável (MCELREATH, et al., 2003). Nesse cenário, as práticas rituais proveriam uma clara demonstração do compartilhamento de crenças e comportamentos. O reconhecimento de que um indivíduo partilha das mesmas condutas e valores associados a um grupo é um indicador de que ele seja, provavelmente, um correspondente confiável. Assim, nos agrupamentos sociais, marcadores de filiação facilitariam a manutenção de interações cooperativas ao fornecerem uma indicação das “condutas comportamentais” de seus integrantes (MCELREATH, et al., 2003, p. 127). De fato, rituais comumente envolvem sistemas diferenciados de comunicação, ou “linguagens”, e, conseqüentemente, poderiam atuar de forma semelhante à dos sotaques na identificação de membros de um grupo, tanto entre crianças (KINZLER, DEBOUX, SPELKE, 2007), quanto entre adultos (PIETRASZEWSKI, SCHWARTZ, 2014a, 2014b). Em paralelo, o reconhecimento dos componentes de um mesmo grupo é, ainda, igualmente, crucial para a detecção das hierarquias de status e, portanto, das fontes ideais para a reprodução de condutas (HENRICH, 2009).

1.2 Demonstração de Comprometimento

Ações que possam ser consideradas como custosas – no que tange à habilidade empregada em sua execução e o tempo necessário para sua performance – operam tanto como sinais confiáveis de transmissão do comprometimento do emissor com seu grupo (ou com as crenças mantidas por sua comunidade), quanto como demonstrações ampliadoras de credibilidade⁶ – estimuladoras da transmissão cultural desses comprometimentos para os outros membros de seu agrupamento, especialmente os indivíduos mais jovens. Sob tal lógica, e de forma consistente com a teoria da sinalização custosa⁷ (IRONS, 2001; ZAHAVI, 1975), rituais atuam como sinalizações de difícil dissimulação ou como sinais idôneos de comprometimento grupal. Por exemplo, estudos

⁶ Atos que fornecem ao receptor mensurações confiáveis do verdadeiro grau de comprometimento (ou crença) do emissor nas representações por ele expressadas simbolicamente, de forma não-custosa – verbalmente (HENRICH, 2009, p. 245).

⁷ Teoria que propõe que comportamentos ou sinalizações morfológicas custosas e, comumente, aparentemente arbitrárias ou “inefazes” são designadas para a transmissão de informações confiáveis, benéficas aos sinalizadores a aos observadores (JOHNSTONE, 1997, p.155-178).

recentes descobriram que quanto maior for a quantidade de rituais custosos praticada em um agrupamento, mais tempo tal grupo tenderá a durar (SOSIS, BRESSLER, 2003). Similarmente, Stephen Monsma demonstrou, em uma análise recente, que, internamente a um conjunto de indivíduos, existe uma correlação extremamente positiva entre a participação em conduta ritual e a doação de recursos (MONSMA, 2007).

Nessa mesma temática, Joseph Henrich tem proposto a hipótese de que rituais custosos atuam como demonstrações ampliadoras de credibilidade (DACs) – fornecedoras de evidência do comprometimento de um indivíduo com os valores internos a seu grupo – cuja existência é de vital importância para as comunidades, uma vez que crenças e envolvimento verbalmente expressos são vulneráveis à dissimulação. Por conseguinte, aparentemente, humanos desenvolveram mecanismos cognitivos que privilegiam o compromisso comportamental sobre as promissões verbais. Em poucas palavras, rituais, como DACs, fornecem evidências salientes de comprometimento com as condutas dos grupos. Quando custosa em sua performance – em termos do tempo, gasto de energia, dor e sacrifício, nela implicada – a prática ritual, então, age como sinalizadora de responsabilidade e entrega aos valores comunitários (LANMAN, 2012; WHITEHOUSE, 1996; XYGALATAS, et al., 2013).

1.3 Facilitação da Cooperação com Alianças

Rituais contribuem com o comportamento cooperativo entre membros de um mesmo grupo (SOSIS, 2000, 2005; SOSIS, ALCORTA, 2003; SOSIS, BRESSLER, 2003) ao atuarem como sinalizadores de comprometimento. Entretanto, a cooperação deve ser condicional e envolver mutualismo para que a ação grupal possa, também, beneficiar o indivíduo (COSMIDES, TOOBY, 2013). Evidências para essa alegação provêm de estudos realizados em kibutzim⁸ israelenses, nos quais foi descoberto que os indivíduos que participavam de rituais públicos religiosos eram mais prováveis de cooperar em um experimento econômico⁹ do que seus semelhantes seculares (RUFFLE, SOSIS, 2003). Da mesma forma, praticantes da tradição religiosa do Candomblé, os quais relataram delegar um maior comprometimento em suas ações, tenderam a se comportar generosamente em um experimento semelhante, e eram mais comumente escolhidos

⁸ Comunidade coletiva israelense, tradicionalmente baseada na agricultura (Cf. RUFFLE, SOSIS, 2003).

⁹ Simulação de pró-sociabilidade humana com base na redistribuição de recursos por um indivíduo específico, entre ele mesmo e/ou outros participantes (Cf. RUFFLE, SOSIS, 2003)

como destinatários da cooperação de outros membros de sua comunidade (SOLER, 2012).

O parasitismo (ceifar os benefícios alcançados pela meta de um grupo sem contribuir com o resultado) e a deserção são dois dos potenciais problemas associados com a ação coletiva (COSMIDES, TOOBY, 2013). Uma vez que o ambiente ecológico e social no qual a espécie humana se encontra é, de muitas maneiras, opaco é incerto, na tentativa de determinar a melhor conduta para qualquer situação estabelecida, humanos também se valem de vieses socialmente absorvidos – como, por exemplo, a conformidade com o comportamento mais comumente testemunhado no interior de uma comunidade. Nessa óptica, a transmissão conformista¹⁰ estabiliza a cooperação e as punições nos agrupamentos sociais – ao reprimir os indivíduos parasitários, a coesão grupal tende a se intensificar (CHUDEK, HENRICH, 2011; HENRICH, BOYD, 2001). A coerência interna aos agrupamentos é, então, um aspecto essencial da resolução colaborativa dos problemas encarados no processo de conquista de objetivos coletivos.

1.4 Intensificação da Coesão Grupal

Além da transmissão de comprometimento com o grupo e de permitir a identificação dos membros de uma mesma comunidade, rituais também podem agir como mecanismos de coesão social grupal, que, por sua vez, promovem a longevidade dos conjuntos sociais. Etnografias e teorias sociais clássicas já sugeriam a ideia de que a prática ritual promovia a vinculação interpessoal (DURKHEIM, 1915; TURNER, 1969) e o compartilhamento de crenças (GEERTZ, 1973). A forma como a qual crença e rituais se interligam é outro interessante campo de pesquisa que, cada vez mais, vem sendo explorado por abordagens quantitativas, mas cuja discussão integral foge dos objetivos do presente artigo. Evidências recentes sugerem que a ação ritual pode prover um mecanismo pelo qual o self do indivíduo se “funde” com os membros de seu grupo por meio do compartilhamento de experiências (ATKINSON, WHITEHOUSE, 2011; SWANN, et al., 2009, 2012). Quando em estado de união intensa com seus determinados grupos, integrantes tendem a experienciar um sentimento de unidade com o coletivo, promovendo sua ação pelo conjunto da mesma forma como, individualmente, agiriam por si próprios (SWANN, et al., 2012). Ainda, rituais também podem intensificar a coesão grupal ao envolverem o compartilhamento de experiências que requerem sacrifícios

¹⁰ A transmissão conformista implica que os indivíduos são propensos a, preferencialmente, adotar os traços culturais que são mais frequentes em sua população (HENRICH, BOYD, 1998, p. 215).

peçoais (ATKINSON, WHITEHOUSE, 2011; WHITEHOUSE, 1995, 2000, 2004; WHITEHOUSE, LANMAN, 2014). De fato, o simples engajamento em movimentações sincrônicas (até mesmo no canto sincronizado) parece aumentar a cooperação, e a sensação de conexão auto-relatada, entre membros de um mesmo grupo, além de intensificar a confiança partilhada por integrantes de agrupamentos sociais – durante sua participação em experimentos econômicos (WILTERMUTH, HEATH, 2009).

Ao que tudo indica, então, a combinação contínua entre trabalhos etnográficos e pesquisas experimentais promete elucidar, cada vez mais, os mecanismos pelos quais a atividade ritual intensifica a coesão grupal. Possivelmente como resultado de demonstrações ritualizadas de comprometimento com o grupo, esses tipos de condutas não de se perpetuar, ao serem transmitidas, com alta fidelidade, de geração para geração.

2. A TRANSMISSÃO CULTURAL DOS RITUAIS

Para que grupos culturais mantenham, com o tempo, a coerência, vê-se necessária a existência de mecanismos de transmissão de crenças, valores e práticas grupais em alta-fidelidade (LIÉNARD, BOYER, 2006). Compartilhamos a ideia de que rituais agem como facilitadores de reprodução, em alta precisão, e resistem às inovações individuais por serem socialmente estipulados e não-interpretáveis sob o ponto-de-vista de sua causalidade física (LEGARE, SOUZA, 2012, 2014). Dessa forma, tornam-se idealmente adequados para a transmissão cultural de maior rigorosidade (LEGARE, HERRMANN, 2013).

Antropólogos, estudando as práticas rituais, muitas vezes observam a inabilidade de seus participantes em articular o porquê do ritual que estão executando ser realizado da maneira como o é – a única noção que se mantém é a de que ele há de ser executado da mesma forma como, anteriormente, o foi (BLOCH, 2005; BOYER, 2001; SPERBER, 1975; WHITEHOUSE, 2012). Tal opacidade causal dos rituais parece, então, convidar seus expectadores à ruminância de significados, baseados em simbolismos, entidades sobrenaturais e metáforas externas à sua realização (WHITEHOUSE, 2004, 2013).

Como tais condutas podem ter evoluído? Uma possibilidade é a de que o comportamento ritual coletivo não seja o resultado de uma capacidade adaptativa, mas, por sua vez, um subproduto do desenvolvimento de nossa arquitetura cognitiva e, portanto, uma consequência indireta do desenvolvimento por seleção natural (BOYER, 2001). De acordo com Pierre Liénard e Pascal Boyer:

[...] rituais coletivos, tipicamente ativam nosso sistema de precaução de risco¹¹. Dado tal sistema, e sua forma de estímulo, um padrão de interação que o ative pode, muito bem, tornar-se exigentemente atrativo e instintivamente compelido. Nessa perspectiva, uma determinada conduta ritual pode ser considerada como um “dispositivo” cultural extremamente bem-sucedido, cuja recorrência no desenvolvimento das culturas é função de (1) o quão facilmente ele é compreendido pelas suas testemunhas e (2) o quão profundamente ele instiga a ativação de sistemas motivacionais e processos cognitivos, presentes nos humanos por razões evolutivas distintas (LIÉNARD, BOYER, 2006, p. 825).

Mecanismos psicológicos adaptados para a vivência em comunidades – tais quais as propensões seletivas para o aprendizado social – evoluindo por meio da seleção natural, podem ter sido cooptados por um processo de desenvolvimento cultural. Os comportamentos que emergiram da vida em grupo teriam, então, sido selecionados por um regime contínuo de evolução cultural cumulativa (LIÉNARD, BOYER, 2006).

Diante disso, rituais seriam adaptações culturais às adversidades da vida em agrupamentos, enraizadas em confiáveis atributos evolutivos de nossa cognição social. Tal observação levanta uma série de persuasivos questionamentos acerca dos processos pelos quais os elementos rituais são agregados e aperfeiçoados como forma de lidar com tais problemas adaptativos. Teria o comportamento ritual evoluído para possuir tal aptidão adaptativa ou ele se resumiria a uma série de mecanismos cognitivos geneticamente desenvolvidos?

Com base no cenário atual de pesquisa, é plausível argumentar que a complexidade organizacional dos rituais é o resultado do desenvolvimento cultural seletivo, e não da exclusiva evolução genética. É possível, como exemplo, conjecturar que as condutas rituais das várias comunidades humanas sejam, improvavelmente, igualmente efetivas na promoção da solidariedade, coesão e cooperação entre seus membros. Alternativamente, a prática ritual, possivelmente, varia em e entre comunidades, no que tange à sua eficácia na resolução dos problemas adaptativos de agrupamentos sociais. Essa variação em efetividade e êxito cultural prove os materiais estruturais por meio dos quais diferentes comunidades de indivíduos realizam suas escolhas e seleções – presumivelmente favorecendo aquelas (escolhas) que sejam mais eficazes na conquista de metas coletivas.

Propensões para o aprendizado cultural – tais como o viés de conformidade¹² – operando no decorrer de gerações, poderiam forçar as formas rituais a se adaptarem às

¹¹ Sistema mental que busca detectar potenciais ameaças no ambiente em que habitamos, assim como responder apropriadamente às tais (Cf. LIÉNARD, BOYER, 2006).

¹² Tendência pela busca por interpretações, favorecimentos e recordações de informações, realizada de certa forma que confirme crenças e hipóteses preexistentes no indivíduo que a efetua (PLOUS, 1993, p. 233).

exigências dos ambientes nos quais elas se encontram. Rituais de divinação, por exemplo, podem ter permitido que caçadores tenham efetivamente randomizado suas estratégias de caça (MOORE, 1957), superando a falácia do apostador¹³ (HENRICH, et al., 2001). Trata-se de algo que pode ter sido alcançado pela mera cópia das práticas dos caçadores mais bem-sucedidos de um grupo. No entanto, a competição entre comunidades também pode ter modelado o comportamento ritual, produzindo condutas que promoveram a solidariedade e o êxito frente à concorrência intergrupar (HENRICH, 2009). Tal processo, efetuado ao longo de várias gerações populacionais, é conhecido como seleção cultural de grupos¹⁴ (RICHERSON, BOYD, 2005). Sob tal perspectiva, o desenvolvimento cultural dos rituais pode ter operado de forma similar à evolução da linguagem – os seres humanos desenvolveram naturalmente os mecanismos cognitivos necessários para a linguagem, mas os léxicos dos idiomas conhecidas continuam a se modificar por meio de processos de seleção cultural. De fato, recentes e detalhadas análises quantitativas têm demonstrado como diferentes linguagens variam substancialmente em sua complexidade e efetividade de comunicação (DEUTSCHER, 2005).

Para que os rituais possam ser úteis ao funcionamento de agrupamentos sociais, indivíduos devem ser motivados a participar de condutas coletivas que promovam sua inclusão e elevação de status, internamente às suas comunidades. No que se segue, examinaremos a ameaça de exclusão social como um mecanismo motivacional subjacente à cognição ritual.

3. OS MECANISMOS MOTIVACIONAIS DO COMPORTAMENTO RITUAL: EXCLUSÃO SOCIAL E AFILIAÇÃO GRUPAL

Rituais coletivos grupais comumente se concernem ao endereçamento, prevenção e mitigação de risco. Concomitantemente, o tratamento de ameaças detectadas também é tema comum em uma variedade de comportamentos individuais ritualizados (BOYER, LIÉNARD, 2006). Não raro, rituais se encontram associados à violência, infortúnio e atividades de risco e sua contraparte mágica (quando há) é tida como fornecedora de meios para se lidar com o estresse causado por atividades e circunstâncias perigosas – tendo sido conjecturado que sua prática providenciaria, ao praticante, uma

¹³ A crença falaciosa de que, se algo ocorre mais frequentemente que o normal durante determinado período, irá ocorrer menos frequentemente que o normal no futuro, ou que, se algo acontece com menor frequência que o normal em determinado momento, ocorrerá com maior frequência posteriormente – presumivelmente, como forma de balancear a natureza dos eventos (LEHRER, 2009, p. 66)

¹⁴ Modelo explicativo que tenta analisar como traços culturais se desenvolvem de acordo com as vantagens adaptativas que concedem ao grupo (Cf. DIAMOND, 1987).

noção de controle sobre o incontrolável (MALINOWSKI, 1925). De fato, evidências recentes indicam que a participação em rituais, especificamente grupais, auxilia no alívio da tensão envolvida na atuação em circunstâncias adversas. Por exemplo, Richard Sosis observou que, em mulheres israelenses, a prática de recitar os salmos auxiliava no enfrentamento do estresse de guerra. Nesse cenário, seus estudos demonstraram que o componente mais poderoso – associado com os benefícios paliativos de enfrentamento de adversidades – dessa conduta ritual estava nas sensações de poder e comunidade associadas com a recitação de tais odes, nessa população específica (SOSIS, HANDWERKER, 2011). Por outro lado, o trabalho de Cristine Legare e André Souza, recentemente forneceu evidências de que a percepção da eficácia dos rituais (sua habilidade em ocasionar o resultado desejado) é hipertrofiada quando munida de aleatoriedade – falta de controle (LEGARE, SOUZA, 2014).

Muitos hábitos coletivos ritualizados envolvem padrões comportamentais rígidos e normativos, orientados para o desvio de ameaças detectadas. Acredita-se que a percepção de um perigo eminente ativa uma série de complexos mentais de segurança, tais como o “sistema de precaução de risco” (BOYER, LIÉNARD, 2006) – que sinaliza o direcionamento de recursos para o enfrentamento de ameaças (SZECHTMAN, WOODY, 2004). A ativação de complexos mentais de segurança resulta na execução, pelo grupo ou indivíduo, de condutas de prevenção – das quais o comportamento ritual pode ser parte. Em rituais coletivos, então, o medo de um perigo potencial em não seguir as específicas regras de sua execução (ameaça moral, exclusão social ou consequências negativas, por exemplo) poderia resultar na ativação do sistema de precaução de risco (LIÉNARD, BOYER, 2006).

De modo geral, ameaças implícitas à aptidão dos indivíduos (tais quais cobras, insetos venenosos, grandes carnívoros, humanos perigosos, estranhos, a exclusão social e a contaminação) acabam por gerar uma maior aderência às ideologias normativas internas a seus grupos (NAVARRETE, FESSLER, 2005; NAVARRETE, et al., 2004). Sinais ambientais e sociais recorrentemente associados com ameaças à aptidão humana, muito provavelmente, resultam em uma ponderação natural para formação de coalizões e no objetivo implícito da promoção de alianças entre indivíduos. Tal observação ocorre pelo fato de que o auxílio coespecífico pode ser útil na resolução da grande maioria das coações à aptidão individual. A detecção de perigo instiga o raciocínio de coalescência e (devido a uma série de sistemas psicológicos voltados para a permissão da coordenação entre grupos sociais) promove a adesão estrita de indivíduos às ideologias de seus

agrupamentos (NAVARRETE, FESSLER, 2005). O presente artigo está de acordo com a proposta de que o endossamento de ideologias grupais é utilizado como meio de fortalecimento dos laços comunitários e de intensificação da associação entre membros, nas comunidades humanas.

Devido à importância da adesão comunitária, a seleção cultural possivelmente favoreceu indivíduos participantes de comportamentos associativos, como meio de promover a inclusão interna aos agrupamentos (CHARTRAND, BARGH, 1999; LAKIN, CHARTRAND, 2003; LAKIN, CHARTRAND, ARKIN, 2008; PICKETT, GARDER, KNOWLES, 2004). Assim, a ameaça de exclusão social ou ostracismo, pode, bem possivelmente, ter resultado no aumento de esforços agregativos por parte dos seres humanos (WILLIAMS, 2007; WILLIAMS, NIDA, 2011). Indivíduos que possuíssem os meios e mecanismos necessários para a antecipação e endereçamento de ameaças de ostracismo, então, tinham claras vantagens sobre aqueles que não os retinham. De forma consistente com a teoria de gerenciamento de erros¹⁵ (HASELTON, BUSS, 2000), um sistema de detecção de exclusão desse tipo pode se tornar exageradamente sensível, uma vez que a má-percepção da ameaça de ostracismo, quanto esta não está presente, seria muito menos custosa aos indivíduos do que sua não-percepção quando ela, de fato, existe (KERR, LEVINE, 2008; MCKAY, EFFERSON, 2010; SPOOR, WILLIAMS, 2007). Finalmente, embora a simples manutenção do vínculo grupal seja de grande importância, a conquista de status interno aos grupos é, possivelmente, vital – uma vez que indivíduos de status elevado, tipicamente, garantem, para si e seus semelhantes, um número maior de recursos e oportunidades para a reprodução (BETZIG, 1986; BUSS, 2012). Em outros termos, o comportamento ritual provê claras evidências da afiliação entre grupos sociais; sua execução é uma clara demonstração de investimento nos valores sociais de uma comunidade, do endossamento de normas coletivas e, em alguns casos, pode (internamente aos agrupamentos) levar à elevação do status de seus participantes.

Indivíduos, então, se veem motivados a participar e reproduzir precisamente as condutas ritualizadas específicas de seu grupo. Entretanto, tal motivação não precisa ser consciente e deliberada. De fato, uma quantidade significativa de estudos recentes tem indicado que a participação em comportamentos associativos é, comumente, realizada

¹⁵ Teoria extensiva do tratamento de inclinações em nossa percepção e cognição. Assegura que a forma heurística e enviesada como raciocinamos e realizamos decisões pode estar incorporada na maneira como o cérebro humano funciona (Cf. HASELTON, BUSS, 2000).

sem a noção intencional do indivíduo praticante¹⁶. Seres humanos, não-intencionalmente, imitam as ações de seus semelhantes; somos participantes naturais de correspondências comportamentais ou de imitações automáticas. O mimetismo automático intensifica o afeto positivo entre indivíduos que se interagem – como exemplo, em um experimento recente, indivíduos cujo comportamento fora reproduzido por um associado, em comparação com grupo de controle, alegaram sentir maior intensidade de afeição por seus companheiros e inferiram que sua interação se realizou de forma mais “polida” (CHARTRAND, BARGH, 1999). Adicionalmente, parece que, ante a uma meta, consciente ou não-consciente, para sua associação, seres humanos apresentam um aumento da execução automática de mimetismos (LAKIN, CHARTRAND, 2003) – assim como o fazem após serem socialmente excluídos por membros de sua própria comunidade (LAKIN, et al., 2008).

Diante disso, acreditamos que o mimetismo automático deve ter se desenvolvido como forma de cumprir a uma função social, muito provavelmente para coordenar e comunicar algum propósito específico. Exemplarmente, ele facilitaria a coordenação de ações ao possibilitar a transmissão, entre membros de uma comunidade, de sinais de associação coletiva vitais para a manutenção grupal (LAKIN, et al., 2003), além de ser um poderoso “adesivo” social. Dessa forma, a propensão para a participação em correspondências comportamentais promove a afiliação – e vice-versa – e acarreta em um ciclo virtuoso de reprodução espontânea e atitudes pró-sociais, que contribuem para a manutenção da cooperação entre membros, nos agrupamentos humanos (HEYES, 2013).

Apesar de evidências convergentes – advindas de uma variedade de disciplinas científico-sociais – para a existência de claras funções para as práticas rituais, no comportamento e cognição social de grupos (e para os mecanismos motivacionais subjacentes à participação ritual em adultos), até bem recentemente, os processos pelos quais tais condutas seriam absorvidas, e viriam a influenciar as atitudes dos agrupamentos, não haviam sido explorados sob uma perspectiva evolutiva. No que se segue, examinaremos algumas recentes pesquisas experimentais a respeito da ontogenia da cognição ritual.

4. A ONTOGENIA DA COGNIÇÃO RITUAL

¹⁶ Uma boa revisão sobre o assunto está na obra de T.L. Chartrand e J.L. Lakin, *The antecedents and consequences of human behavioral mimicry* (CHARTRAND, LAKIN, 2013).

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

O desenvolvimento do comportamento ritualizado possui implicações significativas para o entendimento da ontogenia do aprendizado cultural infantil (HERRMANN, et al., 2013; WATSON-JONES, et al., 2014), assim como na expansão de nossa compreensão acerca da evolução da cognição social humana (BREWER, 2007; CAPORAEL, 1997; KURZBAN, NEUBERG, 2005; RICHERSON, BOYD, 2005). Para se entender a ontogenia da cognição ritual, devemos, primeiramente, examinar o desenvolvimento dos sistemas cognitivos que estruturam a categorização coletiva e a cognição social grupal. A capacidade para a cognição social de grupos se desenvolve muito cedo, e de forma privilegiada, na ontogenia humana (KILLEN, RUTLAND, 2011): já em nossa infância, passamos a enxergar categorias sociais como possuidoras de essências psicológicas estáveis e imutáveis (GELMAN, 2009; GELMAN, HEYMAN, LEGARE, 2007; HIRSCHFELD, 1996; RHODES, 2012; RHODES, GELMAN, 2009). De fato, nos seres humanos, a propensão à categorização coletiva é tão forte que a simples separação de indivíduos em agrupamentos arbitrários já desencadeia uma série de propensões grupais internas – em adultos (BILLIG, TAJFEL, 1973; DIEHL, 1990; TAJFEL, 1970; TAJFEL, et al., 1971; TAJFEL, TURNER, 1979,1985) e em crianças (ABRAMS, RUTLAND, 2008; DUNHAM, BARON, BANAJI, 2008). Como forma de exemplo, estudos recentes demonstraram que, ao serem expostos a grupos sociais recém-formados (no caso, baseados na cor de suas roupas), indivíduos jovens exibiram uma pronta expectativa pela existência de reciprocidade, atribuições comportamentais positivas e preferência de tratamento entre seus semelhantes – em detrimento a “estranhos” (DUNHAM, BARON, CAREY, 2011). Existem, também, claras evidências de que crianças interagem preferencialmente com aqueles que são consideradas membros de seu grupo (KINZLER, et al., 2007).

Como forma de possibilitar a coordenação de condutas durante a realização de esforços cooperativos, crianças procuram aprender as normas e convenções de seus grupos sociais por meio de processos de imitação (KALISH, 2005) e de aprendizado comunitário (HEYES, FRITH, 2014). Até mesmo indivíduos muito jovens taticamente aceitam a atribuição de status, regras e prescrições, além de esperarem que seus semelhantes façam o mesmo (DIESENDRUCK, MARKSON, 2011) – inclusive participando de protestos normativos quando as regras de sua comunidade são violadas (RAKOCZY, WARNEKEN, TOMASELLO, 2008). Ao atingirem, aproximadamente, 4 anos de idades, indivíduos humanos começam a atribuir conhecimentos convencionais, de forma seletiva, a membros de seus grupos (DIESENDRUCK, 2005). Ainda, quando

em comunidade, crianças demonstram esperar que o comportamento social seja realizado de forma convencionalizada (costumes, tradições e etiquetas), podendo, até mesmo, diferenciar entre regras morais e pactuadas (KILLEN, RUTLAND, 2011; SMETANA, 2006; TURIEL, 1998).

De fato, até mesmo infantes parecem esperar que membros de seus agrupamentos sociais ajam de maneira parecida (POWELL, SPELKE, 2013), apresentando, inclusive, preferências claras na mímica de indivíduos de seus próprios grupos – evitando a reprodução de comportamentos de “estranhos” (BUTTELMANN, et al., 2013). Novos estudos acerca da reprodução fidedigna de condutas, durante as primeiras fases da infância humana, indicam que a prática da imitação se desenvolveu para cumprir com uma série de funções sociais, tais como codificar comportamentos normativos (KENWARD, KARLSSON, PERSSON, 2011; KEUPP, BEHNE, RACKOCZY, 2013) e associativos (OVER, CARPENTER, 2012), além de detectar a possibilidade de ostracismo (LAKIN, et al., 2008; OVER, CARPENTER, 2009; WATSON-JONES, et al., 2014).

O desenvolvimento de nossos mecanismos de aprendizado social nos “afinou” para a detecção de convencionalismos comunitários e para a promoção do mimetismo de alta fidelidade, como meio de transmissão cultural (LEGARE, WEN, HERRMANN, WHITEHOUSE, 2015). Uma crescente quantidade de estudos tem demonstrado que, como receptores culturais altamente especializados, crianças são cognitivamente equipadas para a participação na reprodução fidedigna de condutas – um potencial indicador de afiliação grupal, por meio da conformidade (HERRMANN, et al., 2013). Já existe atualmente, por exemplo, um número substancial de evidência indicando que indivíduos muito jovens, naturalmente, imitam ou reproduzem de forma exagerada o comportamento dos membros de seus grupos (NIELSEN, TOMASELLI, 2010; OVER, CARPENTER, 2009, 2012). O mimetismo hipertrofiado é uma predisposição unicamente humana – até mesmo quando é obvio que certas ações são causalmente irrelevantes para a obtenção de um certo prêmio, por exemplo, crianças humanas persistem em copiar fielmente todas as ações realizadas por um demonstrador, em oposição com o que ocorre entre chimpanzés, que omitem várias ações obviamente irrelevantes, durante a execução do mesmo processo (HORNER, WHITEN, 2005).

Dessa forma a mimese exagerada pode ter surgido como uma estratégia adaptativa humana, facilitando o aprendizado de habilidades instrumentais mais rapidamente do que seria possível se sua cópia requeresse a representação completa das

estruturas causais de um determinado evento. Como uma estratégia de aprendizado social, tal reprodução hipertrofiada pode ter se desenvolvido para ser aplicada às custas de sua eficácia (FLYNN, WHITEN, 2008; MCGUIGAN, et al., 2007; MCGUIGAN, WHITEN, 2009; WHITEN, et al., 1996, 2009). A tendência ao mimetismo exagerado é consistente com a estratégia de reprodução social da “cópia em circunstâncias incertas” (TOELCH, et al., 2014) – hipótese que se assemelha à da teoria de gerenciamento de erros (HASELTON, BUSS, 2000), mas que, nesse caso, propõe que, quando em situação duvidosa, os custos de uma não-reprodução fidedigna superam os benefícios do esforço reduzido envolvido em imitações de baixa fidelidade. De fato, crianças comumente inferem a partir da natureza irresoluta e intencional das ações as quais delas se espera a cópia (HORNER, WHITEN, 2005). A lógica subjacente a esses argumentos é congruente com a teoria da dupla herança¹⁷. Como exemplo – e de acordo com a hipótese da informação custosa¹⁸ – a não ser que o ambiente não seja, ao menos de certa forma, incerto (ou opaco), a seleção natural não favoreceria a atuação do comportamento mimético (RICHERSON, BOYD, 2005).

A reprodução excessiva também pode ser interpretada como um excesso de atribuição de eficácia causal a elementos redundantes ou como uma codificação causal automática (LYONS, YOUNG, KEIL, 2007; LYONS, et al., 2011). Tal interpretação tem sido desafiada por relatos de ações miméticas que enfatizam suas funções sociais e normativas comuns (KENWARD et al., 2011; NIELSEN, 2012; OVER, CARPENTER, 2012). De fato, apesar de evidências psicológicas substanciais para o desenvolvimento precoce e existência de capacidades sofisticadas para o raciocínio causal nos humanos (BAILLARGEON, LI, GERTNER, WU, 2011; CAREY, 2009; GOPNIK, SCHULZ, 2007; KEIL, WILSON, 2000; LEGARE, 2012, 2014; LEGARE, GELMAN, WELLMAN, 2010), muito daquilo que precisamos aprender e interpretar não é baseado

¹⁷ Hipótese que tenta explicar como o comportamento humano é fruto de dois processos evolutivos diferentes e em constante interação: a evolução genética e o desenvolvimento cultural (Cf. RICHERDSON, BOYD, 2005). Assim, como genes, culturas exibiriam as condições necessárias para a evolução por seleção natural (variação, herança e consequências adaptativas). Uma vez que indivíduos adquirem grande quantidade de informação a partir de outros membros de seu grupo (e tendo em mente a ampla diferença entre unidades culturais), as informações acumuladas por alguns grupos permitiriam que eles superassem de maneira mais efetiva determinadas adversidades adaptativas e, dessa forma, se disseminassem, enquanto grupos menos afortunados pereceriam (SHAVER, PURZICKI, SOSIS, 2016, p. 129).

¹⁸ A hipótese da informação custosa é utilizada na exploração de como as preferências adaptativas se relacionam com o desenvolvimento cultural dentro do campo da teoria da dupla herança. Seu foco está no câmbio evolutivo entre o aprendizado individual e o social: se uma quantidade maior de informações precisas puder ser adquirida por meio da absorção individual, mas essa for muito custosa, os mecanismos evolutivos naturais podem favorecer a absorção de informações que, por sua vez, sejam menos custosas (mas, potencialmente, menos precisas), por meio do aprendizado social (Cf. WEBSTER, LALAND, 2008).

no entendimento de causalidades físicas, mas, ao contrário, se fundamenta em convencionalismos sociais.

Jovens e crianças são, então, extremamente sensíveis a exemplificações sociais e contextuais da reprodução fidedigna de condutas (HERRMANN, et al., 2013; WATSON-JONES, et al., 2014), apresentando, por exemplo, sensibilidade na detecção de sinalizações de convenção e sincronia – potenciais marcadores de consensualidade (CHUDEK, et al., 2012; CLAUDIÈRE, WHITEN, 2012; CORRIVEAU, FUSARO, HARRIS, 2009; CORRIVEAU, HARRIS, 2010; PASQUINI, et al., 2007). Indivíduos em idade precoce também tendem a entrar em conformidade com o consenso de uma determinada população quando em situações puramente sociais, nas quais não há a possibilidade da aquisição de novos conhecimentos instrumentais (SCHMIDT, RAKOCZY, & TOMASELLO, 2011) – disfarçando suas opiniões específicas, por exemplo, como forma de se adequar ao consenso de uma determinada comunidade (HAUN, TOMASELLO, 2011). Baseado nesse desenvolvimento precoce de capacidades cognitivas, estudos recentes, realizados por Joseph Henrich e seus colaboradores, têm argumentado a favor da existência de uma “psicologia normativa” precocemente formada nos indivíduos e que seria responsável por sustentar os raciocínios a respeito do convencionalismo de condutas (CHUDEK, et al., 2013; CHUDEK, HENRICH, 2010) – pré-requisito essencial para a cognição ritual. Adicionalmente, crianças, como receptores culturais, são, obviamente, sensíveis a demonstrações ampliadoras de credibilidade (HENRICH, 2009).

Dessa forma, estamos de acordo com a hipótese de que jovens e adultos reproduzem as ações rituais fidedignamente como meio de afiliação grupal, e que ameaças de adesão aos grupos e de exclusão social amplificam as motivações necessárias para a participação na prática ritual coletiva. Existem indícios o suficiente para se acreditar que infantes sejam extremamente sensíveis a ameaças de ostracismo (OVER, CARPENTER, 2009; WATSON-JONES, et al. 2014) e que, posteriormente a uma experiência de exclusão social, crianças que outrora compunham um mesmo grupo sejam capazes de reproduzir rituais de seu agrupamento de origem com maior fidelidade do que aquelas que tenham sido tratadas de forma excludente por “estranhos” – ou do que aquelas que tenham acabado de ser incluídas por membros de uma nova comunidade. Essas observações, relatadas por uma variedade significativa de estudos, demonstram que, nos seres humanos, indivíduos muito jovens valem-se de uma espécie de “mimese

associativa” como estratégia comportamental para a reafiliação com os membros de grupos sociais, quando sob a ameaça de exclusão coletiva.

Em síntese, o desenvolvimento de nossas capacidades sociais e cognitivas forneceu a estrutura pela qual a cognição ritual se fundamentou. Jovens e crianças são especialistas no uso de sugestões sociais e contextuais para a determinação de quais ações de seu grupo são convencionadas, para, então, tentar reproduzir tais condutas fidedignamente (HERRMANN, et al., 2013; WATSON-JONES, et al., 2014). Da mesma maneira, desde uma idade muito precoce, somos motivados a imitar rituais como meio de nos associar aos membros de nossas comunidades que, igualmente, os executam.

5. CONCLUSÃO

Apesar do fato dos rituais terem sido pouco estudados de acordo com perspectivas psicológicas e evolutivas, desenvolvimentos recentes, convergindo a partir das Ciências Cognitivas (LEGARE, SOUZA, 2012, 2014; MCCAULEY, LAWSON, 2002; ROSSANO, 2012), Psicologia Social (NORTON, GINO, 2014; VOHS, et al., 2013) e Antropologia Cognitiva e Evolutiva (ATRAN, HENRICH, 2010; BOYER, LIÉNARD, 2006; BULBULIA, 2004; HENRICH, 2009; HUMPHREY, LAIDLAW, 1994; RUFFLE, SOSIS, 2007; SHORE, 1996; WHITEHOUSE, 2011) têm apontado para novas direções de pesquisa nos estudos da conduta ritual. Recentes análises experimentais acerca da função dos rituais no comportamento coletivo humano têm fornecido uma nova compreensão de seu papel na transmissão cultural e no desenvolvimento da cognição social dos grupos.

Com esse cenário em mente, em primeiro lugar, exibimos como o comportamento ritual serve a quatro funções centrais internas aos agrupamentos sociais (sem, porém, estar reduzido às tais) – ajudando-nos no tratamento de uma série de problemas encontrados na coordenação e cooperação de ações coletivas (e relacionados com a sociabilidade hipertrofiada de nossa espécie): (1) fornecendo marcadores confiáveis de afiliação grupal, (2) exibindo o comprometimento dos indivíduos com seus grupos, (3) facilitando a cooperação com coalisões sociais e (4) intensificando a coesão social das comunidades humanas. Ainda, demonstramos como a opacidade causal e estipulação coletiva das condutas rituais fazem com que elas sejam, com o passar do tempo, especialmente apropriadas para a transmissão cultural em alta fidelidade. Igualmente, fornecemos uma série de indícios que apontam para a afiliação grupal e a ameaça de exclusão social como motivadores do engajamento na ação ritual.

Por último, este artigo buscou prover uma síntese das análises cognitivo-adaptativas dos fundamentos psicológicos do comportamento ritualizado. Parece-nos, então, que a investigação da ontogenia da cognição ritual pode auxiliar em nosso entendimento acerca do afloramento da cognição social dos grupos (de forma geral), além de prover uma percepção única de como, a longo prazo, as transmissões culturais fidedignas são realizadas. Em poucas palavras, acreditamos que a capacidade de participação em rituais seja uma predisposição distinta de nossa espécie, uma conduta psicologicamente preparada, culturalmente herdada e notadamente humana.

Referências Bibliográficas

ABRAMS, D., RUTLAND, A. The development of subjective group dynamics. In: S. Levy, M. Killen (Org.). **Intergroup attitudes and relations in childhood through adulthood**. Oxford: Oxford University Press, p. 47–65, 2008.

ATKINSON, Q. D., WHITEHOUSE, H. The cultural morphospace of ritual form: Examining modes of religiosity cross-culturally. **Evolution and Human Behavior**, v. 32, n. 1, p. 47–65, 2011.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

ATRAN, S., HENRICH, J. The evolution of religion: How cognitive by-products, adaptive learning heuristics, ritual displays, and group competition generate deep commitments to prosocial religions. **Biological Theory: Integrating Development, Evolution, and Cognition**, v. 5, p. 18–30, 2010.

AXELROD, R., HAMILTON, W. D. The evolution of cooperation. **Science**, v. 211, p. 1390–1396, 1981.

BAILLARGEON, R., LI, J., GERTNER, Y., WU, D. How do infants reason about physical events? In: U. Goswami (Org.). **The Wiley-Blackwell handbook of childhood cognitive development**. Oxford: Blackwell, p. 11–48, 2011.

BAUMOL, William. **Welfare Economics and the Theory of the State**. Cambridge: Harvard University Press, 1952.

BETZIG, L. L. **Despotism and differential reproduction: A Darwinian view of history**. Livingston: Transaction, 1986.

BILLIG, M., TAJFEL, H. Social categorization and similarity in intergroup behavior. **European Journal of Social Psychology**, v. 3, n. 1, p. 27–52, 1973.

BLOCH, M. **Essays on cultural transmission**. Oxford: Berg, 2005.

BOYD, R., RICHERSON, P. J., HENRICH, J. The cultural niche: Why social learning is essential for human adaptation. **Proceedings of the National Academy of Sciences, USA**, v. 108, p. 10918–10925, 2011.

BOYER, P. **Religion explained: The evolutionary origins of religious thought**. New York: Basic Books, 2001.

BOYER, P., LIÉNARD, P. Why ritualized behavior? Precaution systems and action parsing in developmental, pathological and cultural rituals. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 29, p. 595–650, 2006.

BREWSTER, M. The importance of being we: Human nature and intergroup relations. **American Psychologist**, v. 62, n. 8, p. 728–738, 2007.

BRUNER, J. **The culture of education**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

BULBULIA, J. The cognitive and evolutionary psychology of religion. **Biology and Philosophy**, v. 9, n. 5, p. 655–686, 2004.

BUSS, D. M. The evolution of anxiety and social exclusion. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v. 9, n. 2, p. 196–201, 1990.

_____. The evolutionary psychology of crime. **Journal of Theoretical and Philosophical Criminology**, v. 1, n. 1, p. 90–98, 2012.

- BUSS, D. M., KENRICK, D. Evolutionary social psychology. In: GILBERT, D. T., FISKE, S. T., G. Lindzey (Org.). **The handbook of social psychology**. New York: Oxford University Press, p. 982–1026, 1998.
- BUTTELMANN, D., ZMYJ, N., DAUM, M., CARPENTER, M. Selective imitation of in-versus out-group members in 14-month-old infants. **Child Development**, v. 84, n. 4, p. 422–428, 2013.
- BYRNE, R. W., WHITEN, A. (Org.). **Machiavellian intelligence**. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- CAPORAEL, L. R. Vehicles of knowledge: Artifacts and social groups. **Evolution and Cognition**, v. 3, p. 39–43, 1997.
- CAREY, S. **The origin of concepts**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CHARTRAND, T., BARGH, J. The chameleon effect: The perception-behavior link and social interaction. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 76, n. 6, p. 893–910, 1999.
- CHARTRAND, T. L., LAKIN, J. L. The antecedents and consequences of human behavioral mimicry. **Annual Review of Psychology**, v. 64, p. 285–308, 2013.
- CHUDEK, M., HELLER, S., BIRCH, S., HENRICH, J. Prestige-biased cultural learning: Bystander's differential attention to potential models influences children's learning. **Evolution and Human Behavior**, v. 33, p. 46–56, 2012.
- CHUDEK, M., HENRICH, J. Culture-gene coevolution, norm-psychology, and the emergence of human prosociality. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 15, n. 5, p. 218–226, 2010.
- CHUDEK, M., ZHAO, W., HENRICH, J. Culture-gene coevolution, large-scale cooperation and the shaping of human social psychology. In: R. Joyce, K. Sterelny, B. Calcott (Org.). **Signaling, commitment, and emotion**. Cambridge: MIT Press, p. 425–457, 2013.
- CLAIDIÈRE, N., WHITEN, A. Integrating the study of conformity and culture. **Psychological Bulletin**, v. 138, p. 126–145, 2012.
- CORRIVEAU, K. H., FUSARO, M., HARRIS, P. L. Going with the flow: Preschoolers prefer nondissenters as informants. **Psychological Science**, v. 20, p. 372–377, 2009.
- CORRIVEAU, K. H., HARRIS, P. L. Preschoolers (sometimes) defer to the majority in making simple perceptual judgments. **Developmental Psychology**, v. 46, n. 2, p. 437–445, 2010.
- COSMIDES, L., TOOBY, J. Cognitive adaptations for social exchange. In: J. H. Barkow, L. Cosmides, & J. Tooby (Org.). **The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture**. Oxford: Oxford University Press, p. 163–228, 1992.

- _____. Evolutionary psychology: New perspectives on cognition and motivation. **Annual Review of Psychology**, v. 64, p. 201–229, 2013.
- CSORDAS, T. J. **Body/meaning/healing**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- DEUTSCHER, G. **The unfolding of language**. New York: Henry Holt and Company, 2005.
- DIAMOND, Jared. The Worst Mistake in the History of Human Race. **Discover Magazine**, mai., 1987, p. 64-66.
- DIEHL, M. The minimal group paradigm. **European Review of Social Psychology**, v. 1, n. 1, p. 263–292, 1990.
- DIESENDRUCK, G. The principles of conventionality and contrast in word learning: An empirical examination. **Developmental Psychology**, v. 41, p. 451–463, 2005.
- DIESENDRUCK, G., MARKSON, L. Children’s assumption of the conventionality of culture. **Child Development Perspectives**, v. 5, p. 189–195, 2011.
- DUNBAR, R. I. M. Neocortex size as a constraint on group size in primates. **Journal of Human Evolution**, v. 22, p. 469–493, 1992.
- _____. The social brain hypothesis. **Evolutionary Anthropology**, v. 6, p. 178–190, 1998.
- DUNBAR, R. I. M., SHULTZ, S. Evolution in the social brain. **Science**, v. 317, p. 1344–1347, 2007.
- DUNBAR, R. I. M., SHULTZ, S. Bondedness and sociality. **Behaviour**, v. 147, p. 775–803, 2010.
- DUNHAM, Y., BARON, A. S., BANAJI, M. R. The development of implicit intergroup cognition. **Trends in Cognitive Science**, v. 12, n. 7, p. 248–253, 2008.
- DUNHAM, Y., BARON, A. S., CAREY, S. Consequences of “minimal” group affiliations in children. **Child Development**, v. 82, n. 3, p. 793–811, 2011.
- Durkheim, E. **The elementary forms of religious life**. London: Allen & Unwin, 1915.
- FEARN, H. The great divide. **Times Higher Education**, 20 nov., 2008.
- FLYNN, E., & WHITEN, A. Cultural transmission of tool use in young children: A diffusion chain study. **Social Development**, v. 17, n. 3, p. 699–718, 2008.
- GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.
- GELMAN, S. A. Essentialist reasoning about the biological world. In: A. Berthoz, Y. Christen (Org.). **Neurobiology of “Umwelt”: How living beings perceive the world**. Berlin: Springer-Verlag, p. 7–16, 2009.

GELMAN, S. A., HEYMAN, G. D., LEGARE, C. H. Developmental changes in the coherence of essentialist beliefs about psychological characteristics. **Child Development**, v. 78, p. 757–774, 2007.

GOPNIK, A., SCHULZ, L. (Org.). **Causal learning: Psychology, philosophy, and computation**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HAMILTON, W. D. The genetic evolution of social behavior, I and II. **Journal of Theoretical Biology**, v. 96, p. 647–682, 1964.

HASELTON, M., BUSS, D. M. Error-management theory: A new perspective on biases in cross-sex mind-reading. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 78, n. 1, p. 81–91, 2000.

HAUN, D., TOMASELLO, M. Conformity to peer pressure in preschool children. **Child Development**, v. 82, p. 1759–1767, 2011.

HAWKES, K. Primate sociality to human cooperation. **Human Nature**, v. 25, n. 1, p. 28–48, 2014.

HENDRY, J. **Sharing Our Worlds: An Introduction to Cultural and Social Anthropology**. New York: NEW YORK UNIVERSITY PRESS, 2008.

HENRICH, J. The evolution of costly displays, cooperation, and religion: Credibility enhancing displays and their implications for cultural evolution. **Evolution and Human Behavior**, v. 30, p. 244–260, 2009.

HENRICH, Joe; BOYD, Robert. The Evolution of Conformist Transmission and the Emergence of Between-Group Differences. **Evolution and Human Behavior**, v.19, n.5, p. 215-241, 1998.

_____. Why people punish defectors: Weak conformist transmission can stabilize costly enforcement of norms in cooperative dilemmas. **Journal of Theoretical Biology**, v. 208, p. 79–89, 2001.

HENRICH, J., et al. What is the role of culture in bounded rationality? In: G. Gigerenzer, R. Selten (Org.). **Bounded rationality: The adaptive toolbox**. Cambridge: MIT Press, p. 343–360, 2001.

Herrmann, et al. Stick to the script: The effect of witnessing multiple actors on children's imitation. **Cognition**, v. 129, p. 536–543, 2013.

HEYES, C. What can imitation do for cooperation? In: K. Sterelny, B. Calcott, B. Fraser, R. Joyce, (Org.). **Cooperation and its evolution**. Cambridge: MIT Press, p. 313–332, 2013.

HEYES, C., FRITH, C. The cultural evolution of mind-reading. **Science**, v. 334, 2014

HIRSCHFELD, L. A. **Race in the making**. Cambridge: MIT Press, 1996.

HORNER, V., WHITEN, A. Causal knowledge and imitation/emulation switching in chimpanzees (*Pan troglodytes*) and children (*Homo sapiens*). **Animal Cognition**, v. 8, p. 164–181, 2005.

HUMPHREY, C., LAIDLAW, J. **The archetypal actions of ritual: A theory of ritual illustrated by the Jain rite of worship**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

IRONS, W. Religion as hard-to-fake sign of commitment. In: R. M. Nesse (Org.). **Evolution and the capacity for commitment**. New York: Russell Sage Foundation, p. 292–309, 2001.

JOHNSTONE, R. A. The evolution of animal signals. In: KREBS, J. R., DAVIES N. B. (Org.). **Behavioural ecology: an evolutionary approach**. Blackwell, Oxford, p. 155–178, 1997.

JORDAN, F. M., et al. Cultural evolution of the structure of human groups. In: P. J. Richerson, M. H. Christiansen (Org.). **Cultural evolution: Society, technology, language, and religion**. Cambridge: MIT Press, 2013.

KALISH, C. W. Becoming status conscious: Children's appreciation of social reality. **Philosophical Explorations**, v. 8, p. 245–263, 2005.

Kaplan, H., et al. A theory of human life history evolution: Diet, intelligence, and longevity. **Evolutionary Anthropology**, v. 9, n. 4, p. 156–185, 2001.

KEIL, F. C., WILSON, R. A. (Org.). **Explanation and cognition**. Cambridge: MIT Press, 2000.

KENWARD, B., KARLSSON, M., PERSSON, J. Over-imitation is better explained by norm learning than by distorted causal reasoning. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 278, p. 1239–1246, 2011.

KERR, N. L., LEVINE, J. L. The detection of social exclusion: Evolution and beyond. **Group Dynamics, Special Issue: Evolutionary Approaches to Group Dynamics**, v. 12, n. 1, p. 39–52, 2008.

KEUPP, S., BEHNE, T., RAKOCZY, H. Why do children overimitate? Normativity is crucial. **Journal of Experimental Child Psychology**, v. 116, p. 392–406, 2013.

KILLEN, M., RUTLAND, A. **Children and social exclusion: Morality, prejudice, and group identity**. Hoboken: Wiley, 2011.

KINZLER, K. D., DUPOUX, E., SPELKE, E. S. The native language of social cognition. **Proceedings of the National Academy of Sciences, USA**, v. 104, p. 12577–12580, 2007.

KURZBAN, R., NEUBERG, L. Managing ingroup and outgroup relationships. In: D. Buss (Org.). **The handbook of evolutionary psychology**. Hoboken: Wiley, p. 653–675, 2005.

KURZBAN, R., TOOBY, J., COSMIDES, L. Can race be erased? Coalitional computation and social categorization. **Proceedings of the National Academy of Sciences, USA**, v. 98, n. 26, p. 15387–15392, 2001.

LAKIN, J., CHARTRAND, T. Using non-conscious behavioral mimicry to create affiliation and rapport. **Psychological Science**, v. 14, p. 334–339, 2003.

LAKIN, J. L., CHARTRAND, T. L., ARKIN, R. M. I am too just like you: The effects of ostracism on non-conscious mimicry. **Psychological Science**, v. 14, p. 334–339, 2008.

LAKIN, J. et al. The chameleon effect as social glue: Evidence for the evolutionary significance of non-conscious mimicry. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 27, p. 145–162, 2003.

LANMAN, J. A. The importance of religious displays for belief acquisition and secularization. **Journal of Contemporary Religion**, v. 27, n. 1, p. 49–65, 2012.

LEGARE, C. H. Exploring explanation: Explaining inconsistent evidence informs exploratory, hypothesis-testing behavior in young children. **Child Development**, v. 83, n. 1, p. 173–185, 2012.

LEGARE, C. H. The contributions of explanation and exploration to children's scientific reasoning. **Child Development Perspectives**, v. 8, n. 2, p. 101–106, 2014.

LEGARE, C. H., GELMAN, S. A., & WELLMAN, H. M. Inconsistency with prior knowledge triggers children's causal explanatory reasoning. **Child Development**, v. 81, n. 3, p. 929–944, 2010.

LEGARE, C. H., SOUZA, A. Evaluating ritual efficacy: Evidence from the supernatural. **Cognition**, v. 124, p. 1–15, 2012.

LEGARE, C. H., SOUZA, A. Searching for control: Priming randomness increases the evaluation of ritual efficacy. **Cognitive Science**, v. 38, n. 1, p. 152–161, 2014.

LEGARE, C. H., WEN, N. J., HERRMANN, P. A., WHITEHOUSE, H. Imitative flexibility and the development of cultural learning. **Cognition**, v. 142, p. 351–361, 2015.

LIÉNARD, P., BOYER, P. Whence collective rituals? A cultural selection model of ritualized behavior. *American Anthropologist*, v. 108, p. 814–827, 2006.

LYONS, D. E., et al. The scope and limits of overimitation in the transmission of artefact culture. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 366, n. 1567, p. 1158–1167, 2011.

LYONS, D. E., YOUNG, A. G., KEIL, F. C. The hidden structure of overimitation. **Proceedings of the National Academy of Sciences, USA**, v. 104, n. 50, p. 19751–19756, 2007.

MALINOWSKI, B. **Magic, science and religion**. Garden City: Doubleday Anchor, 1925.

MATHEW, S., BOYD, R., VAN VEELLEN, M. Human cooperation among kin and close associates may require third-party punishment. In: P. J. Richerson, M. H. Christiansen (Org.). **Cultural evolution: Society, technology, language, and religion**. Cambridge: MIT Press, 2013.

MCCARTY, C., KILLWORTH, P. D., BERNARD, H. R., JOHNSEN, E., SHELLEY, G. Comparing two methods for estimating network size. **Human Organization**, v. 60, n. 1, p. 28–39, 2000.

MCCAULEY, R. N., & LAWSON, E. T. **Bringing ritual to mind: Psychological foundations of cultural forms**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MCELREATH, R., BOYD, R., RICHERSON, P. J. Shared norms can lead to the evolution of ethnic markers. **Current Anthropology**, v. 44, p. 122–130, 2003.

MCGUIGAN, N., WHITEN, A., FLYNN, E., HORNER, V. Imitation of causally opaque versus causally transparent tool use by 3- and 5-year-old children. **Cognitive Development**, v. 22, n. 3, p. 353–364, 2007.

MCGUIGAN, N., WHITEN, A. Emulation and “overemulation” in the social learning of causally opaque versus causally transparent tool use by 23- and 30-month-olds. **Journal of Experimental Child Psychology**, v. 104, n. 4, p. 367–381, 2009.

MCKAY, R., EFFERSON, C. The subtleties of error management. **Evolution and Human Behavior**, v. 31, n. 5, p. 309–319, 2010.

MCNALLY, L., BROWN, S. P., JACKSON, A. L. Cooperation and the evolution of intelligence. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 279, n. 1740, p. 3027–3034, 2012.

MCNALLY, L., JACKSON, A. L. Cooperation creates selection for tactical deception. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 280, n. 1762, p. 1–7, 2013.

MONSMA, S. V. Religion and philanthropic giving and volunteering: Building blocks for civic responsibility. **Interdisciplinary Journal of Research on Religion**, v. 3, n. 1, p. 1–28, 2007.

MOORE, O. K. Divination—A new perspective. **American Anthropologist**, v. 59, p. 69–74, 1957.

NAVARRETE, C. D., FESSLER, D.M. T. Normative bias and adaptive challenges: A relational approach to coalitional psychology and critique of Terror Management Theory. **Evolutionary Psychology**, v. 3, p. 297–325, 2005.

NAVARRETE, C. D., et al. Anxiety and intergroup bias: Terror management or coalitional psychology? **Group Processes and Intergroup Relations**, v. 7, n. 4, p. 370–397, 2004.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

NEVES, W. **Evolução Darwiniana e Ciências Sociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007.

NIELSEN, M. Imitation, pretend play, and childhood: Essential elements in the evolution of human culture? **Journal of Comparative Psychology**, v. 126, n. 2, p. 170, 2012.

NIELSEN, M., TOMASELLI, K. Overimitation in Kalahari Bushman children and the origins of human cultural cognition. **Psychological Science**, v. 21, n. 5, p. 729–736, 2010.

NORTON, M. I., GINO, F. Rituals alleviate grieving for loved ones, lovers, and lottery winners. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 143, n. 1, p. 266–272, 2014.

OVER, H., CARPENTER, M. Priming third party ostracism increases affiliative imitation in children. **Developmental Science**, v. 12, n. 3, p. F1–F8, 2009.

OVER, H., CARPENTER, M. Putting the social into social learning: Explaining both selectivity and fidelity in children's copying behavior. **Journal of Comparative Psychology**, v. 126, p. 182–192, 2012.

PASQUINI, E., et al. Preschoolers monitor the relative accuracy of informants. **Developmental Psychology**, v. 43, p. 1216–1226, 2007.

PICKETT, C. L., GARDNER, W. L., KNOWLES, M. Getting a cue: The need to belong and enhanced sensitivity to social cues. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 30, p. 1095–1107, 2004.

PIETRASZEWSKI, D., SCHWARTZ, A. Evidence that accent is a dedicated dimension of social categorization, not a byproduct of coalitional categorization. **Evolution and Human Behavior**, v. 35, n. 1, p. 51–57, 2014a.

_____. Evidence that accent is a dimension of social categorization, not a byproduct of perceptual salience, familiarity, or ease-of-processing. **Evolution and Human Behavior**, v. 35, n. 1, p. 43–50, 2014b.

PLOUS, COTT. **The Psychology of Judgment and Decision Making**. New York: McGraw-Hill, 1993.

POWELL, L. J., SPELKE, E. S. Preverbal infants expect members of social groups to act alike. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 110, n. 41, p. E3965–E3972, 2013

RAPPAPORT, R. **Ritual and religion in the making of humanity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RAKOCZY, H., WARNEKEN, F., TOMASELLO, M. The sources of normativity: Young children's awareness of the normative structure of games. **Developmental Psychology**, v. 44, n. 3, p. 875–881, 2008.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

READER, S. M., LALAND, K. N. Social intelligence, innovation, and enhanced brain size in primates. **Proceedings of the National Academy of Sciences, USA**, v. 99, n. 7, p. 4436–4441, 2002.

REKERS, Y., HAUN, D. B., TOMASELLO, M. Children, but not chimpanzees, prefer to collaborate. **Current Biology**, v. 21, n. 20, p. 1756–1758, 2011.

RHODES, M. Naïve theories of social groups. **Child Development**, v. 83, n. 6, p. 1900–1916, 2012.

RHODES, M., GELMAN, S. A. A developmental examination of the conceptual structure of animal, artifact, and human social categories across two cultural contexts. **Cognitive Psychology**, v. 59, p. 244–274, 2009.

RICHERSON, P. J., BOYD, R. **Not by genes alone: How culture transformed human evolution**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

ROGERS, Kara. Inclusive Fitness. **ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA**, 26 mai., 2016.

ROSSANO, M. J. The essential role of ritual in the transmission and reinforcement of social norms. **Psychological Bulletin**, v. 138, p. 529–549, 2012.

RUFFLE, B., SOSIS, R. Religious ritual and cooperation: Testing for a relationship on Israeli religious and secular kibbutzim. **Current Anthropology**, v. 44, p. 713–722, 2003.

RUFFLE, B. J., SOSIS, R. Does it pay to pray? Costly ritual and cooperation. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 7, n. 1, 2007.

SAX, W. S. Ritual and the problem of efficacy. In: W. S., Sax, J. Quack, J. Weinholt (Org.). **The problem of ritual efficacy**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SAX, W. S., QUACK, J., WEINHOLD, J. **The problem of ritual efficacy**. Oxford, England: Oxford University Press, 2010.

SCHAIK, C. P. Why are diurnal primates living in groups? **Behaviour**, v. 87, p. 120–144, 1983.

SCHMIDT, M. F. H., RAKOCZY, H., TOMASELLO, M. Young children attribute normativity to novel actions without pedagogy or normative language. **Developmental Science**, v. 14, n. 3, p. 530–539, 2011.

SCHOEJDT, U., et al. Cognitive resource depletion in religious interactions. **Religion, Brain, and Behavior**, v. 3, p. 39–55, 2013.

SHAVER, John H.; PURZYCKI, Grant; SOSIS, Richard. Evolutionary Theory. In: STAUSBER, Michael; ENGLER, Steven (Org.). **The Oxford Handbook of the Study of Religion**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 125-136.

SHORE, B. **Culture in mind: Cognition, culture, and the problem of meaning.** Oxford: Oxford University Press, 1996.

Shultz, S., et al. A community-level evaluation of the impact of prey behavioral and ecological characteristics on predator diet composition. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 271, p. 725–732, 2004.

SMETANA, J. G. Social-cognitive domain theory: Consistencies and variations in children's moral and social judgments. In: M. KILLEN, J. G. SMETANA (Org.). **Handbook of moral development.** Mahwah: Erlbaum, p. 119–154, 2006.

SOLER, M. Costly-signaling, ritual and cooperation: Evidence from Candomble, and Afro-Brazilian religion. **Evolution and Human Behavior**, v. 33, n. 4, p. 346–356, 2012.

SOSIS, R. Religion and intra-group cooperation: Preliminary results of a comparative analysis of utopian communities. *Cross-Cultural Research*, 34,70–87, 2000.

_____. Why aren't we all Hutterites? Costly-signaling theory and religious behavior. **Human Nature**, v. 14, p. 91–127, 2003.

_____. Does religion promote trust? The role of signaling, reputation, and punishment. **Interdisciplinary Journal of Research on Religion**, v. 1, p. 1–30, 2005.

_____. Psalms for safety: Magico-religious responses to threats of terror. **Current Anthropology**, v. 48, p. 903–911, 2007.

SOSIS, R., ALCORTA, C. Signaling, solidarity, and the sacred: The evolution of religious behavior. **Evolutionary Anthropology**, v. 12, p. 264–274, 2003.

SOSIS, R., BRESSLER, E. Cooperation and commune longevity: A test of the costly signaling theory of religion. **Cross-Cultural Research**, v. 37, p. 211–239, 2003.

SOSIS, R., HANDWERKER, P. Psalms and coping with uncertainty: Religious Israeli women's responses to the 2006 Lebanon War. **American Anthropologist**, v. 113, n. 1, p. 40–55, 2011.

Sperber, D. (1975). *Rethinking symbolism.* Cambridge, MA: Cambridge University Press.

SPOOR, J. R., WILLIAMS, K. D. The evolution of an ostracism detection system. In: J. P. Forgas, M. Haselton, W. von Hippel (Org.). **The evolution of the social mind: Evolutionary psychology and social cognition.** New York: Psychology Press, p. 279–292, 2007.

SWANN, W. B., et al. Identity fusion: The interplay of personal and social identities in extreme group behavior. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 96, n. 5, p. 995–1011, 2009.

SWANN, W. B., et al. When group membership gets personal: A theory of identity fusion. **Psychological Review**, v. 119, n. 3, p. 441–456, 2012.

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 24 (2017) Dez., pp. 1-309.

SZECHTMAN, H., WOODY, E. Obsessive-compulsive disorder as a disturbance of security motivation. **Psychological Review**, v. 111, n. 1, p. 111–127, 2004.

TAJFEL, H. Experiments in intergroup discrimination. **Scientific American**, v. 223, p. 96–102, 1970.

TAJFEL, H., et al. Social categorization and intergroup behavior. **European Journal of Social Psychology**, v. 1, p. 149–177, 1971.

TAJFEL, H., TURNER, J. C. An integrative theory of intergroup conflict. In: W. G. Austin, S. Worchel (Org.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey: Brooks-Cole, p. 33–47, 1979.

TAJFEL, H., TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behavior. In: S. Worchel, W. G. Austin (Org.). **Psychology of intergroup relations**. Chicago: Nelson-Hall, p. 7–24, 1985.

TOELCH, U., et al. Individual consistency and flexibility in human social information use. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 281, n. 1776, 2013.

TOMASELLO, M., et al. Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 28, p. 675–735, 2005.

TOOBY, J., COSMIDES, L., PRICE, M. E. Cognitive adaptations for *n*-person exchange: The evolutionary roots of organizational behavior. **Management Decision Economics**, v. 27, p. 103–129, 2006.

TRIVERS, R. L. The evolution of reciprocal altruism. **The Quarterly Review of Biology**, v. 46, n. 1, p. 35–57, 1971.

TURIEL, E. The development of morality. In: W. Damon, N. Eisenberg (Org.). **Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development**. New York: Wiley, p. 863–932, 1998.

TURNER, V. **The ritual process: Structure and anti-structure**. Piscataway: Transaction, 1969.

VOHS, K. D., et al. Rituals enhance consumption. **Psychological Science**, v. 24, n. 9, p. 1714–1721, 2013.

WATSON-JONES, R. E., et al. Task-specific effects of ostracism on imitative fidelity in early childhood. **Evolution and Human Behavior**, v. 35, n. 3, p. 204–210, 2014.

WEBSTER, M.M; LALAND, KEVIN, N; Social learning strategies and predation risk: minnows copy only when using private information would be costly. **Proc. R. Soc. B**, v. 275, p. 2869-2876, 2008.

WHITEHOUSE, H. **Inside the cult: Religious innovation and transmission in Papua New Guinea**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

WHITEHOUSE, H. Rites of terror: Emotion, metaphor and memory in Melanesian initiation cults. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, p. 703–715, 1996.

WHITEHOUSE, H. **Arguments and icons: Divergent modes of religiosity**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. **Modes of religiosity: A cognitive theory of religious transmission**. Walnut Creek: Alta Mira Press, 2004.

_____. The coexistence problem in psychology, anthropology, and evolutionary theory. **Human Development**, v. 54, n. 3, p. 191–199, 2011.

_____. Ritual, cognition, and evolution. In: R. Sun (Org.). **Grounding the social sciences in the cognitive sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 265–284, 2012.

_____. Towards an integration of ethnography, history and the cognitive science of religion. **Anthropology in Theory: Issues in Epistemology**, v. 222, 2013.

WHITEHOUSE, H., LANMAN, J. A. The ties that bind us: Ritual, fusion, and identification. **Current Anthropology**, v. 55, p. 674–695, 2014.

WHITEN, A., et al. Imitative learning of artificial fruit processing in children (*Homo sapiens*) and chimpanzees (*Pan troglodytes*). **Journal of Comparative Psychology**, v. 110, n. 1, p. 3–14, 1996.

WHITEN, A., et al. Emulation, imitation, over-imitation and the scope of culture for child and chimpanzee. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 364, n. 1528, p. 2417–2428, 2009.

WILLIAMS, K. D. Ostracism. **Annual Review of Psychology**, v. 58, p. 425–452, 2007.

WILLIAMS, K. D., NIDA, S. A. Ostracism: Consequences and coping. **Current Directions in Psychological Science**, v. 20, n. 2, p. 71–75, 2011.

WILTERMUTH, S. S., HEATH, C. Synchrony and cooperation. **Psychological Science**, v. 20, n. 1, p. 1–5, 2009.

WOBBER, V., et al. Differences in the early cognitive development of children and great apes. **Developmental Psychobiology**, v. 56, n. 3, p. 547–573, 2014.

XYGALATAS, D., et al. Extreme rituals promote prosociality. **Psychological Science**, v. 24, n. 8, p. 1602–1605, 2013.

ZAHAVI, A. Mate selection—A selection for a handicap. **Journal of Theoretical Biology**, v. 53, p. 205–214, 1975.